

# CORPO MASCULINO E TERRITÓRIO (IN) DISCIPLINADO NOS *BONDES* DE PORTO ALEGRE

GT: Número 26, Sociologia do Corpo e das emoções

Fatima Sabrina da Rosa<sup>1</sup>

## Resumo

Este trabalho tem por objetivo discutir as noções de disciplina e poder em Foucault, trazendo como pano de fundo a performance corporal de alguns jovens participantes dos chamados *bondes* da periferia de Porto Alegre. A estratégia de análise das noções e do próprio fenômeno pretende abordar uma perspectiva microsociológica e interacionista simbólica, também tangenciando os estudos de cultura e poder. Nesse sentido, tende a ver as manifestações de violência coletiva e os trajetos urbanos desses indivíduos como parte de processos de constituição de seus corpos, bem como de suas subjetividades em oposição aos dispositivos de poder que lhes são impostos. Para tanto, busca-se analisar a díade corpo-território como significantes que se configuram mutuamente relacionando-se de forma ambivalente com a noção de poder disciplinar proposta por Foucault.

**Palavras-chave:** corpo, disciplina, território.

## Caracterização do objeto: O “bonde”

Pode-se dizer que o *bonde* (ou “galera” como é identificado em outros Estados) é um movimento de caráter juvenil e urbano constituído nas periferias das grandes metrópoles. Em Porto Alegre, este movimento surgiu na última década, inicialmente ligado ao funk e a rixas entre jovens de comunidades rivais, mas se reconfigurou preservando o nome, excedendo o espaço do baile e adquirindo um sentido de movimentação itinerante. É composto por jovens com idade entre 12 e 19 anos, na maioria do sexo masculino, que tem por finalidade sair para circular no centro da cidade com o maior número de jovens possível. Essas circulações acontecem, geralmente, à tarde por volta das 16 horas, começando sempre na comunidade periférica onde moram (Zona Norte, Leste ou Sul) e indo em direção ao centro ou a outros pontos bem movimentados, como parques, praças próximas a shoppings ou shows públicos.

As saídas para trajetos mais longos são muito comuns em dias de passe-livre no transporte público local, os quais se dão em feriados, dias de vacinação e alguns domingos. Nesse sentido, os trajetos variam e são negociados no momento da circulação. Nas saídas coletivas ou *bandas*, como são chamadas por seus integrantes, os *bondes* podem se encontrar com outros grupos de comunidades aliadas ou com os *contra*. Nesse momento, há uma negociação entre os líderes, os chamados *patrões de bonde*, para que se defina se os grupos se juntam na *banda* ou entram em confronto. O embate entre dois ou mais *bondes* pode ser combinado antes da saída do bairro, mas, mesmo quando não há esse acerto, o conflito com um *contra* é algo previsível e até esperado com expectativa pelos jovens, uma vez que a briga coletiva faz parte do ritual de circulação urbana destes, conformando o chamado *arrastão*. A escolha por um lugar de grande movimentação é significativa para os participantes, já que

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do vale do Rio dos Sinos-UNISINOS, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil.

pretendem alcançar visibilidade ao encenar uma briga coletiva ou mesmo ao circular de *mulão*, isto é, surpreender os passantes pelo grande contingente de jovens que reúne.

Os grupos são formados de acordo com uma proximidade espacial, ou seja, agrupam-se jovens que moram em um mesmo bairro ou em comunidades próximas. A necessidade de sair do bairro para circular parece não significar uma negação do lugar de moradia, tendo em vista que levam no nome do grupo algum significante que remete à zona de origem. Também não há a pretensão de misturar-se ou confundir-se com os outros passantes. Os integrantes de bondes, geralmente, estabelecem códigos de identificação intra-grupo e de diferenciação dos demais moradores da cidade. Os principais deles são a adoção de um vocabulário característico e de roupas ou acessórios típicos de cada grupo.

### **Poder e sociedade disciplinar**

A perspectiva de análise de poder que dirige o exame deste trabalho tem como aporte principal a noção de poder disciplinar desenvolvida por Foucault ao longo de uma série de suas obras. A analítica proposta pelo autor revolve as formas de análise e teorizações a cerca das relações de poder principalmente pelo fato de negar a ideia de que ele seja uma categoria de apropriação. O poder em Foucault não está confinado ao Estado e suas instituições ramificadas e não emana de centros específicos. Ele é visto como estratégia, como algo que se exerce, que se lança mão. Quanto ao Estado, em Foucault, assim como em Deleuze e Guattari (2004), perde sua importância como instituição soberana que concentra praticamente todos os conflitos relacionados à ideia de poder. O Estado passa a ser visto por essa abordagem como mais uma cadeia de produção de relações que está ligada a uma série de outras que não são necessariamente menos importantes que as questões estatais. Essas cadeias de relações são chamadas por Deleuze e Guattari (2004) de *segmentos moleculares* e identificam uma disseminação do poder em diferentes focos.

Em Foucault, pode-se notar uma arqueologia sobre o papel do Estado, na qual a esfera estatal perde em importância analítica na passagem do século XVIII para o XIX. Nesse longo processo, dissipa-se a ideia de uma soberania estatal e se substitui as formas institucionais de poder confinadas a determinados espaços e à mão do Estado.

“ Foucault mostra, ao contrário, que o próprio Estado aparece como efeito de conjunto ou resultante de uma multiplicidade de engrenagens e de focos que se situam num nível bem diferente e que constituem por sua conta uma ‘microfísica do poder’ (DELEUZE, 1988, p.35)

O poder é visto, nessa abordagem, como mecanismo que escorrega de um indivíduo para outro dependendo da situação vivida; é resumido pelo próprio Foucault como relação de forças. Não é algo que emana de um centro imóvel e soberano como o Estado, não é propriedade de ninguém, nem está posto em um indivíduo de forma atemporal, é, sim, algo que se exerce, se negocia e que transita livre entre indivíduos conforme a relação que estabelecem.

Segundo Foucault, a modificação do estilo de exercício do poder relacionado às instituições do Estado se dá na passagem do século XVIII para o XIX. Foucault observa uma conjuntura que exige a adequação de medidas de vigilância em prol da organização social. O século XVIII é palco de uma explosão demográfica e de um aparelho de produção que necessita cada vez mais de indivíduos úteis e eficientes para extrair o máximo de sua rentabilidade. As medidas disciplinares implantadas nesse momento tendem a fixar as populações em determinados quadrantes de produção e organizá-las de forma a monitorar sua multiplicidade.

“As mutações tecnológicas do aparelho de produção, a divisão do trabalho, e a elaboração das maneiras de proceder disciplinares mantiveram um conjunto de relações muito próximas” (FOUCAULT, 1986, p.194).

Entretanto a observação de Foucault centra-se na reforma do sistema penal desempenhada pelo Estado Moderno capitulada pela concepção humanista e racionalista do Direito. Há, nessa reforma, a crença no aperfeiçoamento do indivíduo como produto da razão e do progresso. Foi baseada nas aceções dos filósofos iluministas, bem como, nas teorias de Bentham e Beccaria, que se estabeleceram reformas jurídicas na sociedade ocidental, instituindo a prisão como forma essencial de penalização dos indivíduos, substituindo as penas capitais.

Evidencia-se, nesse período de estruturação do Estado moderno, o paralelo movimento de humanização do direito, que vai de fato, opor-se, de modo geral, às penas capitais. O entendimento da correção e o otimismo dessa em relação ao homem como ser redimível, não poderia suportar a ideia de eliminação. Essa ideia seria antropofágica no sentido de eliminar o próprio projeto moderno corretivo. A pena de morte, nessa aceção, apesar de sua racionalização em alguns países, tende a ser criticada por uma sociedade otimista de seu processo de civilização. (SILVA, 1999 p.95)

O Estado passa a priorizar a “correção” dos indivíduos no lugar de usar as penas no sentido exemplar que Durkheim descrevia. As penas anteriores ao seu processo de racionalização serviam menos para castigar o indivíduo do que para garantir a “coesão social” do grupo que sofre a infração. O projeto moderno que dá lugar ao modelo prisional aposta na força da razão como motor das diferentes instâncias do social e do progresso humano. Foucault procede a uma análise crítica a essa racionalidade que impregna de hierarquia e burocracia as instituições estatais, como já descrevia Weber.

A supressão da penalização do corpo, dos suplícios e execuções públicas também tem um significado que Foucault explica como a passagem de um poder de morte sobre os indivíduos para um poder sobre a vida dos mesmos. O biopoder, como é denominado esse novo controle, tende incidir sobre a construção dos corpos e não sobre a destruição deles. Passa-se a monitorar as pessoas, entendidas em grandes grupos (populações) sob a forma de políticas de medicalização, psiquiatrização e controle quantitativo e qualitativo da vida humana.

Todavia a contrapartida desse “cuidado” pelo Estado seria a vigilância dos comportamentos individuais como uma constante “correção” das condutas humanas. Essa vigilância vai se dar em diferentes espaços/instituições (escolas, hospitais, bases militares, fábricas) que têm por objetivo a produção de corpos disciplinados, aptos ao convívio social. Entretanto, o controle e a docilização dos corpos não estão confinados apenas às instituições totais denominadas por Goffman, mas disciplina pode ser exercida sempre que haja um espaço circunscrito e uma população sobre a qual se possa exercer controle.

Foucault nota que, na modernidade, se substitui os espetáculos de poder, próprios da antiguidade, por uma forma de poder que pretendese invisível, vigilante e que exerce controle porque espreita os comportamentos individuais. É o que autor denomina como sistema disciplinar. Este tipo de mecanismo de poder reorganiza a concepção de tempo e espaço do estado moderno. Na sociedade disciplinar se torna necessária uma distribuição racionalizada dos indivíduos no espaço em que se exerce a vigilância, também se prima pela perfeita otimização do tempo na produtividade humana. Nesse sistema, “o tempo penetra o corpo e com ele todos os controles minuciosos do poder” (p 138)

De forma segmentária, como Deleuze e Guattari (2004) colocam, o poder disciplinar se ramifica pelas instituições e se dissemina na normalização da vida cotidiana, é um *poder capilar* (FOUCAULT, 1979), disseminada pela vida social. Diferentes segmentos vão tratar da constante “vigilância” através

de mecanismos distintos. Concentra-se o conhecimento sobre os indivíduos de formas complementares: em algumas delas, analisa-se o indivíduo integrado ao grupo pela ideia de “população”; em outras, monitora-se a atividade individual, sendo o corpo é visto isoladamente.

O poder disciplinar emana principalmente de uma série de discursos com status científicos; logo, um saber-poder que estabelece uma dominação e, a partir da análise dos indivíduos, sanciona um sistema de normas que têm por função “disciplinar”, conduzir os comportamentos e potencializar as forças produtivas individuais. Foucault (1986) nos mostra que o saber-poder disciplinar depende diretamente da noção de “exame”. Pelo poder de descrição analítica do exame sobre o indivíduo, abre-se a possibilidade de tornar os sujeitos como objetos, “casos” que podem ser definidos em termos científicos quantitativos e qualitativos, analisáveis em sua evolução nas suas aptidões e capacidades singulares. Também se pode estabelecer essas mesmas análises em termos de grandes grupos as ‘populações’ pelas quais se nota fenômenos globais e se monitora comportamentos em grande escala. O homem torna-se uma medida calculável. As noções de escala e serialização são fundamentais para compreender as formas de análises dos indivíduos. Elas denotam uma necessidade de especificar os corpos, tornar a vigilância funcional, estabelecendo uma pirâmide de posições de controle e vigilâncias hierarquizadas que controlam as atividades humanas em diferentes planos.

A disciplina tem como fim definir singularidades, individualizar os corpos, formatá-los, torná-los inteligíveis e parte integrante e funcional do conjunto organizado ao qual se vincula.

“A divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar” (FOUCAULT, 1987, p. 162). A disciplina, ao separar entre diferentes graus “maus” e “bons”, também efetua uma microeconomia de sanções/premiações com vistas à normalização-padronização dos indivíduos.

Na organização dos sistemas disciplinares, há um pequeno grupo de reprimendas que funcionam à parte da lei geral. São penalizações aplicáveis a comportamentos que não configuram infrações penais, mas devem ser corrigidas em prol da disciplina. São reprimendas a comportamentos relacionados à sexualidade, a discursos e maneiras de ser que podem “ofender” o grupo social do qual faz parte. Nesse caso, os pequenos castigos disciplinares tendem a ser humilhações, retaliações morais e têm como objetivo a “correção” do ato indisciplinado. Também é importante ressaltar que no sistema disciplinar as gratificações devem ser mais frequentes que os castigos, haja vista que os indivíduos são mais produtivos quando recompensados por seus atos e comportamentos (FOUCAULT, 1987). Trata-se de um sistema de classificação dos sujeitos: relacionar atos, desempenhos, comparar comportamentos e submeter todos à disciplina com a finalidade de que se pareçam em docilidade e utilidade e, assim, se possa extrair deles a maior produtividade possível.

### **Corpos e territórios**

A discussão sobre o corpo reporta à díade (já abordada desde a antiguidade) “corpo-mente”, como significantes mutuamente referenciados. Se na antiguidade clássica, a ideia de cuidado com o corpo estava associada à saúde também da mente, a partir do Renascimento e, precisamente de Descartes, o corpo aparece como o oposto da mente. É com a filosofia renascentista que a ideia de um corpo bem moldado se dissocia da mente produtiva, tanto que, nesse momento, divide-se trabalho manual de trabalho intelectual. A antinomia corpo-mente também traz consigo uma outra díade que balizaria por muito tempo a concepção de ciência: a separação entre natureza e cultura, a primeira ligada ao corpo e simbolicamente ao mundo feminino e a segunda ligada à mente e ao universo masculino.

A noção de corpo como território do “natural” foi colocada como imediatamente oposta à mente, *locus* da racionalidade e da inteligibilidade. As relações entre a corporeidade e instintos, hormônios e qualquer relação biológica observável no ser humano eram muito comuns, mesmo nas ciências humanas. A crítica à ideia de corpo como um dado natural é posta em foco pelos Estudos Feministas, interessados em desconstruir a “biologização” do corpo feminino, e pela abordagem foucaultiana acerca dos poderes investidos na “construção do corpo”.

É com Foucault, com os fenomenologistas e com a crítica feminista que o corpo passa a ser visto como mais que fisiologia. A partir da década de 1960, ele é notado como produto de um contexto histórico-social e como algo que responde a esse contexto. “Ele é formado por uma série de regimes que o constroem; ele é destruído por ritmos de trabalho, repouso e festa; ele é intoxicado por venenos – alimentos ou valores, hábitos alimentares e leis morais simultaneamente; ele cria resistências” (FOUCAULT, 1979, p. 27).

Já no século XVIII, Foucault localiza uma mudança na abordagem do poder e da política sobre o corpo do homem. Se na ciência o corpo ainda é descrito como dado natural, nos sistemas de governo passa a ser objeto de manipulação e construção:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada ao corpo – ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (FOUCAULT, 1987, p. 125).

Investe-se sobre o corpo uma disciplina que exige o controle dos gestos, não somente sobre o objeto ou fim da ação, mas, principalmente, sobre seu desenvolvimento, coloca-se sobre ele a expectativa de que possa ser prático, dócil como um autômato, metáfora do desejo sobre a instrumentalidade do corpo humano

“A partir do século XVIII, se desenvolve uma arte do corpo humano. Começa-se a observar de que maneira os gestos são feitos, qual o mais eficaz, rápido e melhor ajustado”. (FOUCAULT, 1979, p. 106).

Surge a possibilidade de “construir” os corpos, em vez de deixá-los por conta da natureza, isto é, detalhar cada possibilidade de aperfeiçoamento (do corpo), investir sobre sua força, suas virtualidades, adestrá-lo, torná-lo dominado.

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma ‘aptidão’, uma ‘capacidade’ que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, faz dela uma relação de sujeição estrita. (FOUCAULT, 1979 p. 127)

Como controle do corpo economicamente e “socialmente” útil, é preciso instaurar sobre ele uma permanente vigilância sobre sua parcela mais “natural” e menos governável, a sexualidade. Foucault nos mostra que as formas de controle do sexo das populações ocidentais se deram pela incitação à formação de discursos sobre a sexualidade e não pela hipótese repressiva, a qual refuta. Pode se dizer que, a partir do século XVIII,

Não somente foi ampliado o domínio do que se podia dizer sobre o sexo, através de um dispositivo completo e de efeitos variados que não se pode esgotar na simples relação com uma lei de interdição. Censura sobre o sexo? Pelo contrário, constituiu-se uma aparelhagem para produzir discursos sobre o sexo, cada vez mais discursos, susceptíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia (1988 a, p.26).

Dispositivo da sexualidade, como chamado por Foucault, esse micropoder exerce papel fundamental no nível do disciplinamento, uma vez que o sexo é visto pelo autor como a principal forma de referência dos sujeitos. A construção de uma corporeidade sexuada, isto é, definida em termos de gênero e prática, permite ao indivíduo representar-se, referenciar-se e buscar colocar-se no mundo social. Pode-se notar a potência política individual centrada na sexualidade, portanto sua relação com a ideia de sujeito insubmisso deve ser vigiada de perto pelo sistema disciplinar.

Mesmo o corpo sendo objeto constante de controle, o corpo é também sempre fonte de resistência, inclusive, notável na sua indefinição narrativa, como a impossibilidade de inscrevê-lo completamente em um discurso. Por mais que se fale do sexo e do corpo, há sempre liames que não são passíveis de abstração e desvendamento, essas também são as pequenas formas em que o corpo escapa ao disciplinamento produzindo subjetividade.

A partir do momento em que o poder produziu este efeito, como consequência direta de suas conquistas, emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor. E, assim, o que tornava forte o poder passa a ser aquilo por que ele é atacado... O poder penetrou o corpo, encontra-se exposto no próprio corpo (FOUCAULT, 1979, p. 146).

O corpo dentro do movimento dos *bondes* deve ser entendido como um significante polissêmico. Em alguns momentos, se vê o corpo sexuado, aquele que é objeto e produto dos dispositivos disciplinares, mas é também aquele que resiste à disciplina e ao poder imposto, é um corpo que se quer configurar por suas próprias experiências. Também se nota o corpo coletivo aquele onde os corpos individualizados se unem para fortalecer a sua resistência contra a disciplina e a racionalização, é um corpo com energia que representa e também transborda de um território, é uma comunidade em ebulição, uma pulsão, é o bonde e o bonde tem a intenção de arrastar. Há também o corpo social, (aquele corpo do qual os jovens fazem parte quando estão na sua jornada diária, semanal.) O corpo social é a comunidade, o bairro, a própria pertença à cidade. É a coletividade organizada e normatizada pela disciplina, pelo “dever ser”. Os corpos dos jovens são parte integrante do corpo social quando estão inseridos na sua função útil, produtiva, dócil, na escola, no trabalho, na família.

Também há no movimento do bonde uma ambiguidade em relação à ideia do corpo como dado natural. Por um lado, há uma exacerbação da virilidade, da excitação hormonal e da agressividade; por outro lado, há uma série de estratégias discursivas e práticas de como “formar-se” como integrante do bonde, como “tonar” o corpo com acessórios, como construir a própria masculinidade com os referentes locais. A antiga crítica da sociedade hedonista também é posta em dúvida nas práticas dos jovens do bonde. Ao mesmo tempo em que se preocupam com um culto específico do seu corpo, estão na contramão de algumas práticas amplamente difundidas, ao estabelecerem códigos próprios de cuidado e construção do corpo, entre eles, a exposição ao perigo e os ferimentos nas brigas. Nas galerias de Fortaleza, as cicatrizes fazem parte desta estética do “corpo-território” (DIÓGENES, 2003), aquele que é marcado pela presença quase cartográfica da periferia na própria pele.

Glória Diógenes (2003) ao analisar essas galeras, observa que os jovens que circulam entre as periferias e o centro da cidade de Fortaleza, estabelecem mapas na cidade através de seus corpos em movimento. Há, nesses “itinerários de corpos juvenis” (DIÓGENES, 2003) e nas bandas dos jovens de Porto Alegre, a vontade de desprender o corpo do espaço onde se exerce o controle sobre os mesmos. Sair do bairro de origem significa poder configurar corporeidade e sexualidade em outro lugar e, logo, produzir outras significações e sentidos a partir das novas relações estabelecidas, ainda que elas sejam conflitivas.

O corpo também se liga à noção de materialidade, em oposição à ideia de imaginação ou espírito, o corpo não é volátil ou abstrato, pelo contrário, é um ente que se encontra em algum lugar em algum tempo. Nesse sentido, corpo se relaciona com a noção de territorialidade, como aquilo que marca o espaço de produção de significado agenciado por determinado corpo. Pode-se dizer, então, que o corpo só pode pertencer materialmente a um único território? Do ponto de vista temporal, sim, um corpo nunca pode ocupar dois espaços no mesmo instante, mas, do ponto de vista da pertença sócio-política, o corpo é disciplinado a afixar-se a um território, podendo não submeter-se a essa territorialização.

Territorialização, segundo Raffestin (1993), significa um processo que leva um grupo de indivíduos a sentir-se como parte de um determinado espaço, ligado a ele por representações, sensações e sentidos construídos.

Assim, é interessante observar a perspectiva político-geográfica de Raffestin (1993), para o qual o território é um espaço apropriado, é investido de poder, é o lugar onde agenciamentos e relação de poder se dão. Nesse sentido, a noção raffestiana de território vai ao encontro da analítica de Foucault sobre o poder como algo que se exerce em determinada situação e, portanto, em determinado espaço. “O poder visa ao controle e à dominação sobre os homens e sobre as coisas [...]. O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações” (RAFFESTIN, 1993, p.58). O território, então, pode ser visto aqui em duas perspectivas diferentes, como sendo espaço onde o poder disciplinar pretende fixar os indivíduos racionalizando sua ação, ou ainda, o território pode ser o lugar onde os sujeitos sentem-se “territorializados”, isto é, apropriam-se do espaço.

Como já visto anteriormente, no caso dos bondes de Porto Alegre, o corpo dos jovens que circulam excede a territorialidade disciplinarmente imposta, uma vez que ritualiza a saída do bairro de moradia pelo *mulão*. Não entanto, essa desterritorialização não significa apenas negação do seu bairro (território como espaço de moradia). A relação dos jovens com seu bairro não se dá de forma unilateral, ambigualmente, exigem a “saída” de seu bairro, mas ao sair levam ele em seus corpos, nas roupas e acessórios que simbolizam a sua periferização em relação à cidade. Sair da periferia não significa negá-la, trata-se de ritualizar pela circulação dos corpos o alargamento do território físico a que pertencem, mas também do território simbólico onde podem se configurar como sujeitos.

Partindo desta perspectiva, a circulação dos bondes pela cidade de Porto Alegre pode ser entendida como a desterritorialização efêmera do bairro de origem para que uma reterritorialização aconteça no centro ou nos demais espaços urbanos onde são considerados “inconvenientes” e que, ao “invadir” este espaço, apropriam-se simbolicamente dele.

Para além do conceito de Raffestin, o território aqui não é entendido apenas como espaço apropriado. Pode-se compreender o coletivo de corpos, o cenário do bonde como a produção de um território simbólico onde é possível produzir subjetividades e sentidos. O território-cenário dos bondes é móvel, instável e itinerante, organiza-se no momento da atuação. Seu tempo é o tempo da percepção do *contra* ou do *aliado*, da negociação e da ação mesma. Depois de ali, o território do bonde se dissipa para se montar de novo na próxima *banda*. O território-bonde é um “pedaço” da cidade que é móvel, vivo e sexuado. Também pode ser visto no lugar onde circulam produções discursivas sociais acerca dos integrantes, isto é, a rede de focos produzidas inter-grupos que circulam no Orkut e Facebook e que também acompanham o movimento nos seus diferentes trajetos. Assim, nota-se uma relação

ambígua do território com a materialidade do corpo, brinca-se com a possibilidade de suas trajetórias geográficas, mas também com sua permeabilidade nos territórios não físicos, todos esses movimentos buscado em lugar de enunciação, de visibilidade como forma de transbordar a fixação disciplinar.

### **Considerações finais – territorializações corporais e resistência**

Na sociedade disciplinar, o sujeito é dificultado a refletir sobre sua ação (pré-condição para sua subjetivação), pelos controles disciplinares que lhe são impostos desde fora. Mas isso não quer dizer que não haja possibilidade de rebelião contra as imposições disciplinares e mesmo as disciplinas auto-impostas. Como o controle age de diferentes formas sem denotar caráter repressivo em algumas estratégias, há também dificuldade de identificação do ponto de conflito, isto é, do centro de poder contra o qual a resistência se levanta. No caso dos *bondes*, a principal emancipação parece ser a do disciplinamento territorial que os prende, mas junto com a rebelião contra a territorialidade imposta, se insurgem contra as formas que exigem que o corpo seja discreto, útil, submisso. Os pontos de resistência são móveis, instáveis, não há um ponto central, eles são organizados nas correlações de força, na estratégia, no momento da fusão dos corpos individuais no corpo energizado do *bonde*. As resistências atravessam os indivíduos, pulverizam pontos e só podem se dar dentro da relação de poder porque não são exteriores a ele. Dificilmente, há um grande foco de resistência, assim como, também não há um único grande foco de onde emana o poder, por isso os *bondes* surgem e transbordam em pequenos grupos das periferias da cidade.

Nos corpos que compõem o *bonde* há trabalho, estudo e demais trajetos e trejeitos corpóreos exigidos, diariamente, na família, na escola. Há um corpo que é disciplinado quando a situação e a relação estabelecida propõem. Mas esse corpo individual também é indisciplinado por que nega o confinamento territorial, excede o espaço racionalizado onde deveria se exercer a disciplina. Recusa o controle do biopoder quando coloca o corpo e a própria integridade em risco nas brigas. Também nega a individualidade racionalizante da disciplina quando sai em coletividade e no *mulão* ou, no confronto, celebra a pulsão coletivizante.

Há principalmente indisciplinamento quando se constitui uma coletividade “desorganizada”. Se a disciplina tem por objetivo individualizar para controlar a multiplicidade, a emergência de uma multiplicidade do lado de “fora” do espaço de controle inverte o objetivo último da disciplina, burla o controle disciplinar que produz individualização analítica quando produz uma coletividade não inteligível, desordenada, fora do eixo serial que o controle disciplinar prescreve. Além disso, a coletividade é a forma fundamental da potência que se ergue contra o poder disciplinar.

O *bonde* se relaciona com o controle de forma paradoxal, quando inserido dentro da microesfera territorial do grupo ignoram os controles externos a esse microcosmo, mas estão atentos e controlados por outros mecanismos de vigilância do seu corpo e da sua atuação, como as informações que circulam na internet. Da mesma forma que o poder disciplinar geral prescreve formas de atuar nas relações sociais cotidianas intra-bairro, no universo dos *bondes* a lógica própria do movimento indica formas de agência demarcadas por controles próprios e que tem medidas que excedem o território do bairro, mas procedem dentro dos grupos de *bondes*.

A partir disso, é importante compreender a estratégia de visibilidade arquitetada pelos jovens que saem com os *bondes*. Só podem ter voz se saem do lugar de onde estão territorializados, mas se estão “fora” perdem o direito à fala porque invadem o território do “outro”. No entanto, quando exacerbam os referentes locais em seus corpos (suas roupas, seus cantos, seus acessórios), levam pra fora seu lugar de enunciação e gritam para exigir visibilidade. Uma vez no território rival, mesmo que considerados invasores, conseguem o reconhecimento que, sem o conflito com o diferente, é impossível. Assim, o discurso das pessoas do centro, das áreas nobres e da imprensa da cidade, acusam

os jovens de estarem no “lugar errado”, mas, ao mesmo tempo, os colocam em evidência, dão a eles a visibilidade de que precisam.

Nesse território movediço, situam-se os bondes em relação aos poderes e aos discursos disciplinantes. Por vezes, usam dos discursos estigmatizantes para configurar uma identidade coletiva que os referencia à periferia e às comunidades que carregam nos trajetos que desempenham. Ambigualmente, reivindicam novos lugares onde possam circular, territorializar-se, produzir sentidos e construir subjetividades nas relações conflituosas que teimam em estabelecer com outros indivíduos. Ao mesmo tempo em que reproduzem em seus corpos discursos dominantes sobre o culto ao corpo, também estabelecem uma relação de diferenciação na forma que marcam o corpo de seus referentes próprios e integram os grupos do bonde como uma individualização coletivizante: iguais em seu grupo, diferentes dos demais, sua sociabilidade formada “é mais que a soma dos indivíduos”, é a potência individual multiplicada.

Assim se faz o *bonde*, transbordando da periferia com uma fluidez característica dos movimentos de seu tempo. Nem atados à forma moderna que lhes é imposta, nem totalmente ligados a uma forma de resistência que controle sua agência. O *bonde* desafia o poder porque ultrapassa a dualidade (disciplina-insurgência), ele é multiforme, itinerante é uma metamorfose relacional.

### **Referências Bibliográficas**

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo; Brasiliense, 1988.

DELEUZE, Gilles e GUATARI, Felix. **Mil platôs. Capitalismo e Esquizofrenia**. Volume 3. São Paulo, Ed. 34, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

\_\_\_\_\_. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 (a).

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 (b).

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

PERURENA, Fátima. O conceito de corpo em Susan Bordo e Judith Butler. In: **Vivência**, UFRN, n. 37, 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

SILVA, Mozart Linhares da. A Racionalização da Violência Penal e o Movimento Codificador no Século XIX: O Caso Brasileiro In: GAUER, Gabriel Chittó (org.). **Fenomenologia da Violência**. Curitiba: Juruá, 1999.

SIMMEL, George. El cruce de los círculos sociales. In: **Sociologia**, Revista de Occidente, Madrid, 1977.